



Preocupação. O BRT não tem funcionado bem, mas o Consórcio Operacional BRT promete melhorias a partir de hoje, quando o público do cartão Riocard Olímpico terá acesso ao serviço

Mobilidade é posta em dúvida

Entidade que rege o movimento olímpico também questiona a logística do deslocamento de comitivas da Barra ao Maracanã

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES
luiz.magalhaes@oglobo.com.br
ROBERTO MALTCHIK
roberto.maltchik@oglobo.com

O transporte das delegações para a cerimônia de abertura é um dos motivos de preocupação do Comitê Olímpico Internacional (COI). Para fontes do COI, o prefeito Eduardo Paes estaria subestimando o problema da falta de mobilidade na cidade, mesmo sendo feriado. O evento de hoje é um dos momentos mais críticos de uma Olimpíada. E nos últimos dias não têm

faltado motivos para preocupações. No domingo passado, entraram em funcionamento as faixas exclusivas para a circulação da família olímpica. Ocorre que nem todos os ônibus que transportam delegações, jornalistas ou pessoas que têm ligações com o evento têm direito a usar o serviço. Durante a semana, foram relatados no Parque Olímpico atrasos na chegada de delegações a compromissos porque os motoristas ficaram presos em retenções. Um dos principais gargalos é a Linha Amarela, mesmo com todas as alterações implantadas no tráfego, como o fechamento de

acessos da via na hora do rush.

O transporte público usado pelos voluntários e quem vai assistir aos jogos também preocupa. Ontem, em seu site, O GLOBO mostrou que, em algumas faixas de horário, a linha especial de BRT entre o Jardim Oceânico e o Parque Olímpico que atende ao pessoal credenciado tem circulado superlotado nos horários de pico devido a demora dos coletivos para sair do terminal que faz conexão com a Linha 4 do Metrô.

AGLOMERAÇÕES NA SUPERVIA

O Consórcio Operacional BRT prometeu mudar o serviço a partir de hoje, quando o público que também comprar o cartão Riocard Olímpico terá acesso ao serviço. Segundo a empresa, as partidas ocorrerão em intervalos de menos de um minuto nos horários de pico. Mas nem tudo foi resolvido para os dias seguintes. Os horários de início do serviço da Linha 4 são 6h da manhã, de segunda a sábado e às 7h de domingo, o que tem feito voluntários chegarem atrasados aos postos de trabalho.

O alerta também foi aceso com os serviços de trens da Supervia. A saída do Estádio Olímpico na quarta-feira foi marcada por aglomerações na rampa de acesso à estação. A entidade teme tumultos que deixem vítimas. O motivo é que a Supervia não libera as roletas, para acelerar o esvaziamento do estádio, prática adotada no transporte público em outras Olimpíadas. ●

Prefeitura adia licitação para obras em arenas

Edital está sob análise do TCM; meta é transformar instalações olímpicas em escolas e espaços multiuso

A Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas do município do Rio decidiu adiar para o próximo dia 26 — depois da Olimpíada — uma licitação para escolher a empresa que ficará responsável por novas obras nos parques olímpicos da Barra e de Deodoro para transformá-los no chamado Módulo Legado. A concorrência estava marcada para às 11h30m de hoje. O titular da pasta, Jorge Arraes, justificou a decisão afirmando que o edital ainda se encontra sob análise do Tribunal de Contas do Município (TCM).

O prazo de concessão previsto no edital é de 25 anos. O modelo proposto é de concessão administrativa: a iniciativa privada investe na reurbanização dos parques e na conversão dos equipamentos olímpicos em espaços multiuso e escolas em troca da exploração comercial de parte dessas instalações. Um dos critérios para a escolha de empresa vencedora é a apresentação do menor valor para contrapartida de aportes do poder público. O valor previsto do investimento ao longo de 25 anos é R\$ 1,1 bilhão, sendo que o município concorda em pagar ao concessionário um máximo de R\$ 2,7 milhões por mês — o que daria um total de R\$ 810 milhões.

Pelas regras do edital, a empresa vencedora da concorrência deverá implantar, entre 2017 e 2020, um planejamento estratégico do legado proposto pela prefeitura. Entre as medidas a serem incrementadas no Parque Olímpico da Barra estão a conversão da infraestrutura do Centro de Tênis, da Arena Carioca 1, do Velódromo, de um pista de atletismo e do Estádio Aquático em equipamentos capazes de atender atletas de pelo menos dez modalidades. A companhia também se encarregará de adaptações na Arena Carioca 2 para entregá-la ao Comitê Olímpico do Brasil como espaço para preparação de atletas de alto rendimento.

Ainda está previsto o fornecimento, por parte da empresa vencedora, de material para a construção de quatro escolas e a transformação da Arena Carioca 3 em um ginásio experimental olímpico, onde mil alunos estudariam em tempo integral. No caso de Deodoro, o objetivo é transformar parte das instalações em um parque público de 490 mil metros quadrados. ●

Justiça determina transparência no orçamento do Comitê Rio-2016

Para juíza, houve recebimento, de forma indireta, de recursos do governo federal; entidade nega

CAROLINA OLIVEIRA CASTRO
MARCO GRILLO
esporteglb@oglobo.com.br

A Justiça Federal determinou que o Comitê Rio-2016, responsável pela organização da Olimpíada, seja transparente com o orçamento e dê publicidade às receitas e aos gastos empreendidos na organização do evento. A decisão, em caráter liminar, estipula ainda que o órgão forneça, em até dez dias após ser solicitado, os números ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público Federal (MPF), autor da ação. A decisão aconteceu em primeira

instância, e o comitê ainda pode recorrer.

Segundo a juíza Helena Elias Pinto, caberá à Justiça decidir se algum documento relativo ao balanço deve ou não ser considerado sigiloso. Para a magistrada, a reserva em relação às informações só poderá acontecer em casos de "excepcionalidade". O Comitê Rio-2016 prevê gastos de R\$ 7,4 bilhões com a Olimpíada. A receita ainda não foi alcançada e, em caso de déficit, a lei determina que a prefeitura e o governo do estado arquem com o prejuízo.

A organização argumenta, no processo, que é uma entidade privada e tem como receitas os recursos de patrocínios, venda de ingressos, licenciamento de produtos e repasses do Comitê Olímpico Internacional (COI). Sem aporte de dinheiro público, portanto, não haveria necessidade de dar publicidade ao balanço, como a legislação determina para as instâncias de governo e órgãos da administração direta. Os advogados do Comitê sustentam ainda que o repasse

emergencial de R\$ 2,9 bilhões do Tesouro Nacional, em benefício do governo estadual, não "beneficiaram" a entidade. A verba, liberada após o governador em exercício, Francisco Dornelles, decretar estado de calamidade, foi usada em ações na área de segurança, como pagamentos de salários atrasados e de fornecedores.

RENÚNCIA DE IMPOSTOS E MATERIAL PUBLICITÁRIO

No entendimento da Justiça, porém, o Comitê recebeu recursos da União de forma indireta: por renúncia de impostos; pelo subsídio, entre 5 de julho e 26 de setembro, na colocação de material publicitário em aeroportos ou áreas federais de interesse dos organizadores; pela disponibilização de serviços de segurança, saúde, vigilância sanitária, alfândega e imigração; pela possibilidade de cessão de uso de imóveis da União para atividades dos Jogos; e pelo fornecimento temporário de energia elétrica.

"Diante de todo o exposto, parece claro, ao menos nesta análise preliminar, que a regra em relação a quem recebe recursos do erário ou subvenção pública deve ser a total publicidade e a ampla transparência, a fim de viabilizar não apenas a fiscalização pelo TCU e pelo Ministério Público, mas também por qualquer cidadão", concluiu a magistrada.

O MPF argumenta que o Comitê Rio-2016 abriu mão de receber aportes financeiros do governo federal, mas, em troca, repassou a contratação de serviços, que antes estariam sob sua alçada. Um dos exemplos citados é a segurança das instalações olímpicas, tarefa a cargo da Força Nacional de Segurança. O Comitê Rio-2016 informou que busca sempre colaborar com a Justiça e ainda estuda quais medidas serão tomadas neste caso. O órgão reforçou que é uma entidade privada e não recebeu dinheiro público. ●

CRÔNICA DO DIA CORA RONAI



Quando a poeira assentar

Vista do Facebook, a Olimpíada é a maior desgraça que jamais poderia ter se abatido sobre a cidade, um manancial de tragédias grandes e pequenas, das remoções forçadas da Vila Autódromo à nossa humilhação na imprensa internacional. Vista das ruas do Centro e da Zona Sul, a Olimpíada é uma felicidade só, uma espécie

de carnaval melhorado, com turistas mais bem intencionados e de partes mais diferentes do mundo, todos passeando, se divertindo e gastando dinheiro.

A verdade está provavelmente no meio termo. A Olimpíada não era necessária, tínhamos muitas outras prioridades e perdemos uma boa chance de criar uma cidade menos poluída e menos desigual, mas em compensação ganhamos alguma coisa, de novas linhas de transporte ao Porto que, revitalizado, já está regenerando a área ao seu redor, antes tão deteriorada.

Se é pouco ou muito pelo que se gastou, só saberemos com o tempo, quando a festa acabar e voltarmos à rotina — e quando, enfim, a

raiva passar, se é que um dia passa.

Ainda não temos distanciamento crítico. Ainda estamos estressados com as obras e com os engarrafamentos, e os Jogos são um alvo fácil para descarregarmos as frustrações da crise e as amarguras da política.

Teria sido melhor gastarmos em educação e saúde o que gastamos com equipamentos esportivos, mas a grande questão é: gastaríamos? Ou esse dinheiro teria ido para os ralos da corrupção e da má gestão, como tantos outros dinheiros? Não sei a resposta. Duvido que alguém saiba.

Tenho para mim que o Centro se salvou da decadência graças ao estímulo da Olimpíada,

e isso não é pouco. Também acho que saímos no lucro com os holofotes que apontaram tão impiedosamente as nossas misérias, sobretudo a situação tenebrosa da baía. De repente nos mostraram um espelho amplo e iluminado, que ninguém mais pode fazer de conta que não viu.

Pode ser que o grande legado dessa Olimpíada seja, afinal, intangível: a percepção da cidade como um todo real, e não como uma lenda urbana ancorada na Ipanema dos anos 60. Precisávamos dessa tomada de consciência, assim como precisávamos perder, de uma vez, certas ilusões que, até aqui, nos fizeram mais mal do que bem. ●